

Um Mercado Pré-Capitalista: o Caso da Grécia Clássica

Gabriel da Silva Melo¹ (NIEP Pré-K – UFF)

“A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza.”². É com essa afirmação categórica que se inicia o *magnum opus* de Karl Marx, publicado em 1867. Escolhendo a mercadoria como fato fundamental da vida sob o modo-de-produção capitalista, é partindo dela que Marx empreende seu exercício de desvelamento do funcionamento da lógica do capital. Um funcionamento imanente ao próprio processo de produção e reprodução material da vida com potencial de crescimento, evolução, domínio e submissão do social jamais experimentado por qualquer outra forma de organização da sociedade. Um verdadeiro buraco negro cuja massa compacta, crescente na proporção do seu poder de atração, não deixa nada alheio à sua volta, mas, pelo contrário, incorpora o que quer que seja, transformando e transformado por suas novas próprias características, destruindo de maneira criadora, realimentando seu incessante crescimento.

Ao se debruçar sobre o funcionamento do capitalismo no século XIX, tomando como seu centro as Ilhas Britânicas, Karl Marx já previa seu poder de difusão e atração, remetendo a sua capacidade inédita no processo de mundialização da história do homem sobre a Terra. Hoje, 146 anos depois, um tempo relativamente pequeno se comparado às desventuras e peripécias da evolução do ser humano neste e com este planeta desde que surgiu como espécie autônoma diferenciada cujo fundamento de sua sociabilidade repousa sobre o trabalho, vivemos ainda sob a égide da mercadoria como fato elementar, provavelmente a alguns anos-luz de distância daquilo que a imaginação científica do filósofo renano teria sido capaz de prever quanto ao enraizamento das relações tipicamente mercantis em todos os âmbitos da vida e em todos os cantos do planeta.

A mercantilização da vida, fenômeno sempre tão alardeado pelos movimentos sociais anti-capitalistas, pressupõe que, para além do estabelecimento das relações entre os homens como se fossem relações entre objetos, elas se dêem em um lugar – ou melhor, através de um mecanismo. Da satisfação das mais básicas necessidades de subsistência àquelas que realizamos para o regozijo

¹ Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), em seu setor dedicado ao estudo das sociedades pré-capitalistas (NIEP Pré-K). Desenvolvo pesquisa relacionada aos mercados e mercadores na democracia ateniense durante o século IV a.C. E-mail: melogabriel89@gmail.com

² MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008. p. 57.

do espírito, a humanidade do século XXI está inescapavelmente atrelada ao funcionamento do mercado – ou de vários mercados. Simplesmente tudo o que é fruto da relação dos homens entre si e com a natureza, os produtos dessa interação e transformação dinâmica, os objetos que todos utilizamos nesta manhã e ainda estamos utilizando, do combustível dos automóveis usados para chegarmos até aqui até a folha de papel sobre a qual este texto está escrito, tudo que é produto daquela relação está, inexoravelmente, recortado pelo mercado em alguma de suas acepções.

Salta aos meus olhos, bem como saltou a de alguns economistas, sociólogos e antropólogos há mais ou menos 30 anos, que, a despeito do desenvolvimento do capitalismo, da dependência humana com relação aos mercados e da evolução dos métodos e modelos das ciências econômicas interessados em apreender e controlar os mecanismos de funcionamento dos mercados de modo a domar a quimera do capital, pouco que se tenha feito na direção de definir parâmetros, uma linguagem comum, científica, explicativa, que desse conta de definir ou analisar o que seria esse tal mercado. Em 1977, ainda antes de ser condecorado com o Nobel de Economia, Douglass North dizia: “(...) é um fato peculiar que a literatura sobre Economia contenha tão pouca discussão sobre a instituição central sobre a qual repousa a Economia Neo-Clássica: o mercado.”³. Essa “lei do silêncio”⁴ tem duas exceções: o capítulo “On Markets”, do *Principle of Economics*, publicado em 1890 por Alfred Marshall e, já no século XX, o verbete da economista britânica neo-keynesiana, “mercado”, na *Encyclopaedia Britannica*, posteriormente reunido no *Collected Economic Papers v. 5*. Não há motivo para comemoração, no entanto. O que esses textos configuram, na realidade, não é nenhuma fuga à regra de tomar o mercado como pressuposto natural da economia capitalista ou um fenômeno cujo desenvolvimento deduzido da complexificação da divisão do trabalho ao longo da história humana não precise ser explicado. Apenas reúnem em sessões específicas de seus escritos as principais reflexões acerca do mercado na medida em que elas influenciam suas pesquisas acerca do funcionamento específico do capitalismo; é a exposição de suas premissas acerca do lugar do(s) mercado(s) em seus objetos de estudo mais imediatos, como a indústria, o comércio internacional, o impacto da formação dos sindicatos na produção fabril, a intervenção estatal na economia nacional, a formação de monopólios e monopsônios, etc., mas ainda sem problematizá-los histórica, sociológica ou epistemologicamente. Marshall, partindo das relações entre oferta e demanda na formação de um mercado, recorre a Cournot e Jevons, dois pilares da teoria marginalista em Economia, para enquadrar o que ele pretende dizer com “mercado”. Vale à

³ NORTH, Douglas. Markets and other Allocation Systems. In: *History: the Challenge of Karl Polanyi, Journal of European Economic History*, n. 6. 1977. pp. 703-716.

⁴ BOURDIEU, Pierre. O Campo Econômico. In: *Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política*. V.4 n.6. Florianópolis: Pós-Graduação em Sociologia Política. 2005. p. 20.

pena citar, pois a partir daí será possível vislumbrar alguns caminhos rumo a outras variáveis que incidem sobre a dificuldade de se definir tal categoria:

*“Como diz Cournot: ‘Os economistas entendem pelo termo mercado, não um mercado local particular no qual coisas são vendidas e compradas, mas toda uma região na qual compradores e vendedores estão em tão livres relações uns com os outros que os preços dos mesmos bens tendem a se equalizar fácil e rapidamente’; ou ainda, como diz Jevons: ‘Originalmente um mercado era um lugar público em uma cidade onde provisões e outros objetos eram expostos para a venda; mas a palavra foi generalizada a ponto de se referir a qualquer corpo de pessoas que estão em íntimas relações de negócio e realizam extensas transações de alguma mercadoria. Uma grande cidade pode conter tantos mercados quanto forem os importantes ramos do comércio, e esses mercados podem ou não estar localizados fisicamente’.”*⁵

À parte esses dois textos, na teoria econômica, desde os fisiocratas, passando pela Economia Clássica de Smith e Ricardo, até culminar na Revolução Marginalista, nos pilares da Economia Neo-Clássica e mesmo sob o Keynesianismo, o mercado, como conceito, se desprende progressivamente de uma realidade social concreta da qual é parte organicamente constituinte, influenciando e sofrendo a influência de outras determinantes, para ser, cada vez mais, encarado como mecanismo abstrato da formação dos preços, modelo matematizado, meramente teórico – pejorativamente falando. O mercado é visto como ambiente de encontro entre oferta e demanda, mero palco desprovido de realidade, no qual se desenvolve toda uma teoria da troca que tem a pretensão de transformar a Ciência Econômica em matriz de uma ciência do comportamento humano, tomando como premissas não só a “propensão natural do homem à troca”⁶, de Adam Smith, mas também o impulso robótico originado por um *deus ex machina* que iguala a razão à capacidade calculadora dos benefícios contra os custos, ou da maximização da realização das finalidades em um ambiente com recursos escassos. Passo a passo a teoria econômica transforma o homem no *homo economicus* e se põe como tarefa epistemológica desvendar a vida deste ser mitológico, inexistente, em seu estado puro, na natureza do real.

Por outro lado, a despeito de sua incapacidade de fornecer respostas objetivas aos problemas concretos do gerenciamento, dos impulsos, das motivações e das formas com que o homem lida com o inescapável destino econômico necessário a sua existência como espécie – Produção, Distribuição e Consumo – a *mainstream economics*, involuntariamente, acaba apontando caminhos e questionamentos que precisam ser encarados pelas Ciências Sociais (e aqui incluo a História) durante a tarefa de desvendar o decurso material das sociedades historicamente constituídas.

⁵ MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*. London: Macmillan. 1961. 5.1.2.

⁶ SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Livro 1, cap. 2. 2003.

“Devido a sua ambiguidade, ou a sua polissemia, a noção de mercado permite evocar, alternativamente ou simultaneamente, o sentido abstrato, matemático, com todos os efeitos de ciência associados, ou tal ou qual dos sentidos concretos, mais ou menos próximos da experiência comum, como o lugar onde ocorrem as trocas (marketplace), o acordo sobre os termos da transação numa troca (concluir um mercado), os escoamentos de um produto (conquista de mercado), o conjunto das transações abertas a um bem (o mercado do petróleo), o mecanismo econômico característico das ‘economias de mercado’”⁷, etc...

A despeito das críticas formuladas neste texto, durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX, a teoria econômica exerceu forte influência nos estudos das economias pré-capitalistas. Desde a querela entre modernistas e primitivistas, até a defesa finleyniana de que não era possível falar de uma *Ancient Economics*, mas que para desbravar a *Ancient Economy* seria necessário render forças à sociologia, filologia, antropologia, dentre outras ciências humanas e sociais diferentes da Economia; enfim, seja positiva ou negativamente, o debate com a Ciência Econômica era o marco inicial das investigações. Foi Karl Polanyi quem criticou de maneira mais frontal o uso da Ciência Econômica como lente de interpretação das sociedades pré-industriais⁸. Criticando a postura “formalista” da Economia que, ao olhar para as atividades econômicas específicas do passado só conseguiam enxergar os mecanismos típicos e próprios do funcionamento da economia de mercado, o antropólogo húngaro propôs que era necessário encarar as atividades econômicas das sociedades diferentes do capitalismo como uma economia substantiva, ou seja, incrustada em relações e instituições sociais que, hoje, não seriam reconhecidas como tipicamente econômicas⁹. As críticas finleynianas e polanyianas, somadas, estabeleceram hegemonicamente nos estudos das sociedades pré-capitalistas, uma nova forma de encarar as sociedades do passado com relação a seus aspectos econômicos, preconizando acima de tudo que era preciso entender essas economias dentro de cada regime social e do quadro mental/institucional específico daquelas comunidades que eram objeto de cada estudo. Para cada sociedade, uma economia totalmente diferente.

Se na História Antiga esta tendência se cristalizou, na Economia, na Antropologia Econômica e na Sociologia, por outro lado, ela conviveu com forte concorrência das correntes formalistas até os anos 1980. Quando as recorrentes crises do sistema capitalista, bem como a estranha imprevisibilidade da economia planificada soviética, assim como as “manifestações anômalas” do mercado, como o mercado negro, as cooperativas de economia solidária e a

⁷ BOURDIEU, op. cit. p. 21.

⁸ POLANYI, Karl. A Falácia Economicista. In: LEVITT, K. P. *A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012. Pp. 47-62

⁹ Idem. A Economia como Processo Instituído. In: LEVITT, K. P. *A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012. Pp. 293-330.

recorrência do imperialismo no terceiro-mundo se tornaram eventos para os quais as ciências sociais não mais estavam satisfeitas com as explicações vigentes, a Economia buscou à Sociologia ferramentas para reinserir o seu *homo economicus* na vida social, enquanto a Sociologia buscou à Economia as bases universalizantes capazes de explicar a recorrência de fenômenos tão parecidos em diferentes sociedades, bem como problematizar as diferenças das grandes narrativas explicativas homogeneizantes da Economia sobre o próprio presente. Fruto dessa simbiose entre Economia e Sociologia, nasceram dois ramos de pesquisa, mutuamente influenciados, cada um mais atrelado a sua área de origem: a *New Institutional Economics* e a Sociologia Econômica, respectivamente¹⁰.

Nos últimos 30 anos, a Sociologia Econômica, desenvolvida a partir dos planos de trabalho de Weber, Durkheim, Simmel e Schumpeter, tem se fortalecido no campo das Ciências Sociais. Partindo de uma matriz weberiana ou durkhemiana que tenta inserir as ações econômicas no quadro geral de sociabilidade do capitalismo, esta corrente de pensamento que pode ser definida como “*a aplicação dos quadros de referência, variáveis e modelos explicativos da Sociologia ao complexo de atividades relativas à produção, distribuição e consumo de bens e serviços escassos.*”¹¹. A Sociologia Econômica atual, diante do marasmo teórico da Ciência Econômica, coloca como uma de suas tarefas primordiais a elaboração de uma teoria dos mercados. Ao estudar o fenômeno dos mercados, como lidar com realidades tão diferentes? É possível transformar o “mercado” em um conceito? Patrick Aspers tenta uma definição ampla, embora mantendo a especificidade do mercado frente a outros sistemas de troca:

“*Um mercado é uma estrutura social para a troca de direitos [de propriedade] na qual ofertas são valoradas e precificadas, e competem umas com as outras, o que é o mesmo que dizer que os atores – indivíduos ou empresas – competem uns com os outros através de ofertas. Esta definição dá conta dos mercados como um lugar, bem como dos mercados como ‘instituição’.*”¹²

Esta definição muito geral é compartilhada por todo o campo da Sociologia Econômica, considerando que estruturas são: “*o resultado da atividade humana que se tornou ‘coagulado’, ou seja, são, em termos relativos, estáveis ao longo do tempo.*”¹³. Três problemas e um caminho aparecem, portanto: (1) será que a elaboração de uma teoria dos mercados que considera os mercados historicamente existentes apenas como referenciais genéticos dos mercados atuais é capaz

¹⁰ NEE, Victor. The New Institutionalisms in Economics and Sociology. In: SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard (eds.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press. 2005. pp. 49-74.

¹¹ SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. Introducing Economic Sociology. In: *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press. 2005. pp. 3-22.

¹² ASPERS, Patrick. *Markets*. Cambridge: Polity Press. 2011. p. 4.

¹³ Idem, ibidem.

de fornecer uma definição acurada do que seja este “mercado em geral”?¹⁴; (2) uma noção de racionalidade, vista de forma organicamente weberiana, ou seja, como um *continuum* da tradição à “razão econômica”, realmente reflete as formas de pensar do ser humano ou, pelo contrário, apenas projeta um tipo de racionalidade historicamente específico – a do capitalismo – a todas as sociedades por estar destituída justamente da riqueza fenomenológica que o estudo da História deveria engendrar nas formulações teóricas?; (3) a propriedade privada é tomada como desprovida de história, como se fizesse parte, naturalmente, do processo de apropriação da natureza engendrado pelo ser humano. A despeito desses problemas, uma tentativa de definição como a sugerida acima tem o mérito de não pulverizar a atividade econômica em cada sociedade específica, mas de tentar estabelecer o nexo que existe entre cada uma delas, o que existe de fato e que nos permite chamar pelo mesmo nome um fenômeno que aparece na história humana com tantas facetas diferentes.

A etimologia da palavra mercado em diversas línguas vernáculas atuais, como no francês *marché*, no inglês *market*, no espanhol *mercado*, no italiano *mercato*, no alemão e no holandês *markt*, no norueguês *marked*, no finlandês *markkinat*, no sueco *marknad*, no islandês *markaði*, etc., remete a uma origem latina, *mercatus*, significando “comércio” ou “lugar do comércio” por volta do século XII d.C., durante o renascimento urbano na Idade Média e o alastramento das feiras e mercados locais. Em seu sentido medieval significava tanto o *marketplace* como um todo, quanto a produção em determinado lugar ou o direito, legalmente garantido, de ocupar um lugar nos mercados locais¹⁵. É possível buscar à Antiguidade Clássica o sentido original da palavra *mercatus*, ou mesmo de sua variante grega: *ἀγορά*. No grego homérico, *ἀγορά* podia significar tanto a Assembleia do Povo, em oposição à Assembleia dos Chefes, como o local da assembleia. Em algumas inscrições do período homérico, mas já durante a fase arcaica lírica da poesia grega, *ἀγορά* podia significar também o mercado físico. Posteriormente, durante o período clássico, agrega os significados de “coisas da *ἀγορά*”, como os discursos, conversas, passeios, aulas, etc., barracas, estandes, aprovisionamento, vendas, grupo de produtos, etc., bem como se torna uma referência temporal, significando a manhã, “quando a *ἀγορά* está cheia” e até mesmo “o dia do mercado”, como no latim *nundinae*¹⁶.

¹⁴ Para ver a forma axiomática desta perspectiva: MCMILLAN, John. *A Reinvenção do Bazar – Uma História dos Mercados*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2005.

¹⁵ Sobre a origem medieval da palavra *market* e seus variantes vernáculos atuais: SWEDBERG, Richard. Markets as Social Structures. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard. *Handbook of Economic Sociology*. New York: Russel Sage Foundation. 1994. p. 255.

¹⁶ LIDDELL, H. G.; SCOTT, R. *Greek-English Lexicon – with a revised supplement*. Oxford: Clarendon Press. 1996. Verbete: *ἀγορά*, -ᾶς.

A evolução vocabular, bem como a permanência dos significados antigos junto a novos valores agregados ao longo do tempo nas mais diversas línguas, remete-nos ao vínculo que as atividades mercantis mantiveram ao longo da história, desde tempos já muito passados, como o próprio “surgimento da civilização” na Mesopotâmia, aproximadamente em meados do quarto milênio a.C.. A existência de palavras com significado semelhante como no árabe *sūq*, no persa *bazar* e até mesmo no acadiano *karum* – que significava primordialmente “cais”, apesar das divergências entre os assiriólogos sobre esta última¹⁷ – nos faz pensar que talvez o mercado, ou os tipos de atividade variadas que designamos com tais palavras, seja comum ao desenvolvimento próprio das forças produtivas, da divisão do trabalho e das formas como o homem precisa lidar com a tarefa de realocar um volume de excedentes socialmente produzido quando os produtores diretos já não mais configuram a totalidade da comunidade. Em todas as sociedades cuja divisão social do trabalho atingiu um nível tal, as formas de integração social pautadas exclusivamente na reciprocidade ou na redistribuição conviveram com o fenômeno relativa e progressivamente impessoalizado do comércio e do mercado. Se o capitalismo transformou a sociedade com mercados na sociedade de mercado¹⁸, embora isso implique em uma mudança qualitativa do lugar do mercado na sociedade, não implica em invenção do mecanismo.

Se a Sociologia Econômica carece da substância histórica capaz de fazê-la avançar de uma tipologia para uma explicação dos mercados¹⁹, a Ciência Econômica está refém de sua preocupação com o impacto das suas conclusões no gerenciamento do modo-de-produção capitalista²⁰ e a Antropologia Econômica está clivada entre um cripto-primitivismo polanyiano e um estrito formalismo firthiano²¹, cabe à História o papel de investigar empiricamente cada uma das sociedades pré-capitalistas visando fornecer um quadro de conhecimento de caso que auxilie o desenvolvimento das reflexões teóricas acerca do mercado. Logicamente, não se pode partir da premissa positivista de que basta ir às fontes para encontrar o real funcionamento das sociedades tal como elas eram. O movimento da História rumo às documentações específicas de cada sociedade precisa, nesse caso, ser acompanhada de novas e velhas reflexões que dêem conta dos questionamentos feitos pela Sociologia Econômica, pela Antropologia Econômica e pela Economia,

¹⁷ SWEDBERG, op. cit. p. 255.

¹⁸ POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.

¹⁹ As tentativas de inserir a história no estudo dos mercados não passam de referências casuais a manuais de História Econômico-Social para traçar as origens daquilo que se pretende de fato estudar, ou seja, a sociedade capitalista. Isso fica claro em: SWEDBERG, R. Markets in History. In: *Principles of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press. 2003. pp. 131-157

²⁰ Como fica claro em: NORTH, Douglass C.. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press. 1990

²¹ FIRTH, Raymond. *Primitive Economics of the New Zealand Maori*. London: George Routledge and Sons. 1929.

ou seja, que recolocuem em lugar de destaque os estudos da propriedade, das condições técnico-sociais de produção em cada sociedade, das relações de produção que enquadram cada uma das formas históricas.

Talvez o mais proeminente trabalho de História sobre o funcionamento dos mercados ainda seja o segundo volume de *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*, aquele dedicado aos *Jogos das Trocas*. Nele, Braudel se mostra cético quanto à possibilidade de desenvolvimento de uma teoria dos mercados:

*“O campo de observação ideal deveria estender-se a todos os mercados do mundo, desde as origens até os nossos dias. Foi o imenso domínio já debatido pela paixão iconoclasta de Karl Polanyi. Mas englobar numa mesma explicação os pseudomercados da Babilônia Antiga, os circuitos de troca dos primitivos das ilhas Trobriand de hoje e os mercados da Europa Medieval e pré-industrial, será isso possível? Não estou plenamente convencido disso.”*²²

Por outro lado, ainda me parece ser a maior fonte de inspiração quanto ao que se está por fazer com relação aos mercados pré-capitalistas. Se não for possível uma História Universal dos Mercados, que seja possível, então, uma Civilização Material e Economia de outros povos, de outras épocas. Peter Bang, ao comparar o Império Romano com o Império Mughal, tenta recolocar dois debates fundamentais: a importância da comparação nos estudos históricos, o lugar diferenciado que instituições parecidas podem ocupar em sociedades diferentes, sem que se perca entre elas o vínculo analítico que faz com que os pesquisadores se indaguem a seu respeito, porém dando menos peso ao vínculo ontológico que de fato permite que nos indaguemos sobre elas da maneira como fazemos²³.

O caso da Grécia Antiga é emblemático quanto a isso. Palco das querelas originárias do debate entre primitivistas e modernistas na virada do XIX para o XX, exemplo sempre invocado de um mercado local vivaz, pululante, os estudos sobre a economia grega antiga ainda não se colocaram de maneira sistemática a questão de qual seria o lugar do mercado naquela sociedade; muito menos do que se entende por mercado quando falamos da *ἀγορά*, das cidades-portuárias e dos mercadores de longa-distância. O que falta é um plano de estudos com metas bem definidas do que precisa ser investigado. Uma abordagem materialista que não se limite à história da ideia de

²² BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. V.2. São Paulo: Martins Fontes. 2009. p. 12.

²³ BANG, Peter. *The Roman Bazar: a Comparative Study of Trade and Markets in a Tributary Empire*. New York: Cambridge University Press. 2008

economia entre os gregos²⁴ ou, muito menos, que seja uma caça ao tesouro da história do capitalismo²⁵.

O desenvolvimento dos questionamentos abordados nesse texto, coloca desafios fundamentais a uma História Econômica da Grécia Antiga: (1) assimilar os avanços polanyianos que criticam o formalismo; (2) engrossar as fileiras dos estudos de caso que considerem a economia em sua totalidade, não isolando alternativamente as esferas da produção, distribuição e consumo para estudá-las de forma seccionada e estanque, naturalizando as que não estiverem momentaneamente enfocadas; (3) compreender os limites do substantivismo de modo a não reificá-lo; (4) não se deixar enganar pelo euro-centrismo que aponta a Grécia como berço da história ocidental, incorporando nas comparações históricas sociedades pré-colombianas, orientais, africanas, etc; (5) entender que enquadrar as relações econômicas histórica e socialmente, não significa destituí-las de seu significado mais pragmático de que os homens precisam gerenciar o produto e a forma do trabalho de modo a continuarem se reproduzindo socialmente; (6) entender que aceitar essa premissa básica não pode implicar em transformar racionalidades e naturezas historicamente constituídas em um programa-base, um *background* a-histórico responsável pela maneira de agir do homem em qualquer época/sociedade; (7) não abdicar dos enquadramentos teóricos alternativos às correntes hegemônicas, trazendo à baila novamente, o marxismo de Marx, o marxismo dos clássicos do século XX, o marxismo analítico, etc²⁶.

Alguns historiadores têm empreendido, recentemente, a tarefa de responder a alguns desses questionamentos, com maior ou menor sucesso, como é o caso Alain Bresson, no caso da Grécia Antiga²⁷. Ainda há muito por fazer, no entanto. As tentativas de quantificação da documentação antiga, muitas vezes desdenhadas pelos primitivistas, parecem ser cada vez mais fundamental para os estudos de demografia²⁸, de distribuição de assentamentos²⁹, das rotas de transporte, do deslocamento ocorrido entre produção e consumo dos produtos, da divisão do trabalho em uma

²⁴ POLANYI, Karl. Aristóteles Descobre a Economia. In: LEVITT, K. P. *A Subsistência do Homem e Ensaios Correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012. Pp. 229-268.; FINLEY, Moses. Aristotle and the Economic Analysis. *Past and Present*: 47. pp. 3-25

²⁵ THOMPSON, D. B. *An Ancient Shopping Center – The Athenian Agora*. Vermont: American School of Classical Studies at Athens. 1993

²⁶ Boa parte desse programa foi retirado de: MORRIS, Ian; MANNING, J. G. The Economic Sociology of the Ancient Mediterranean World. In: SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard (eds.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press. 2005. pp. 131-159.

²⁷ BRESSON, Alain. *L'économie de la Grèce des cités*. 2v. Paris: Armand Colin. 2007-8.

²⁸ HANSEN, M. H.. *The Shotgun Method: the Demography of the Ancient Greek City-State Culture*. Columbia: University of Missouri Press. 2006

²⁹ OSBORNE, Robin. *Demos: the Discovery of Classical Attika*. New York: Cambridge University Press. 2005.

dada região³⁰, do volume das trocas e das diferenças qualitativas entre cada uma de suas formas³¹, na relação entre a economia e outras esferas sociais³² etc. Não se deve rechaçar de antemão nenhuma possibilidade de melhor compreender a civilização material que essas sociedades nos legaram, nem os ritmos e formas de sua luta cotidiana pela reprodução de suas formas de viver; e menos ainda as transformações que, involuntariamente, neste processo, engendraram. O fato de que as sociedades pré-capitalistas possam ser muito mais diferenciadas entre si do que antes se pensava, não implica em uma pulverização de estudos de caso que percam de vista os vínculos entre elas e entre elas e nós.

Uma filosofia da história que restabeleça os nexos ontológicos do ser humano, aquilo que é próprio da sua existência mesma, é mais do que urgente. Para voltar à metáfora do buraco negro, apesar de toda a sua pujança, eles também são finitos. E depois que se extinguem, vagam por todo o cosmos, pulverizadas, de maneira fortuita, mas ainda assim existentes, as características daquilo que outrora fora absorvido. Escavar o mercado das entranhas da história não é idolatrá-lo, entroniza-lo, mas sim lidar com a dura realidade de que a história é essencialmente cumulativa; que a humanidade não se esquece com facilidade de algo que já foi feito e que, portanto, construir uma sociabilidade cuja vida não esteja submetida ao mercado não implica, com um raio de Zeus, destroçar um mecanismo historicamente tão arraigado e característico da presença humana na Terra a partir de determinado momento. A pergunta necessária é: “Quais são as formas historicamente conhecidas da existência do mercado?”. Se perguntando a história do mercado pré-capitalista talvez seja possível vislumbrar o destino de um eventual mercado pós-capitalista, reflexão necessária em qualquer anseio de emancipação das amarras do capital.

Bibliografia:

AMENIYA, Takeshi. *Economy and Economics of Ancient Greece*. New York: Routledge. 2007.

ARISTÓTELES. *Athenaion Politeia*. Disponível na plataforma Perseus

ASPERS, Patrick. *Markets*. Cambridge: Polity Press. 2011.

BANG, Peter. *The Roman Bazar: a Comparative Study of Trade and Markets in a Tributary Empire*. New York: Cambridge University Press. 2008.

³⁰ HARRIS, E. M.. Workshop, Marketplace and Household – The Nature of Technical Specialization in Classical Athens and its Influence on Economy and Society. In: CARTLEDGE, P.; COHEN, E.; FOXHALL, L. (eds.). *Money, Labor and Land: Approaches to the Economics of Ancient Greece*. New York: Routledge. 2002. pp. 67-99.

³¹ KIM, H. S.. Small Change and the Moneyed Economy. In: CARTLEDGE, P.; COHEN, E.; FOXHALL, L. (eds.). *Money, Labor and Land: Approaches to the Economics of Ancient Greece*. New York: Routledge. 2002. pp. 44-51.; OSBORNE, Robin. “Price and Prejudice, sense and subsistence: exchange and society in the Greek city”. In: RICH, J.; WALLACE-HADRILL, A. *City and Country in ancient world*. New York: Routledge. 1991. pp. 120-148.

³² FIGUEIRA, T.. *Sitopolai and Sitophylakes in Lysias’ ‘Against the Graindealers’*: Governmental Intervention in Athenian Economy. In: *Phoenix*. Vol. 40. N. 2. Classical Association of Canada. 1986. pp. 149-171

- BISSA, Errietta M. A. *Governmental Intervention in Foreign Trade in Archaic and Classical Greece*. Boston: Brill. 2009.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo Econômico. In: *Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política*. V.4 n.6. Florianópolis: Pós-Graduação em Sociologia Política. 2005. pp. 15-57.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. 3v. São Paulo: Martins Fontes. 2009
- BRESSON, Alain. *L'économie de la Grèce des cités*. Vol. I. Paris: Armand Colin. 2007.
- _____. *L'économie de la Grèce des cités*. Vol. II. Paris: Armand Colin. 2008.
- CALLON, Michel. Introduction: the Embeddedness if Economic Markets in Economics. In: *The Laws of the Markets*. Oxford: Blackwell. 1998. pp. 1-57.
- FIGUEIRA, T.. *Sitopolai and Sitophylakes in Lysias' 'Against the Graindealers': Governmental Intervention in Athenian Economy*. In: *Phoenix*. Vol. 40. N. 2. Classical Association of Canada. 1986. pp. 149-171.
- FINLEY, Moses. Aristotle and the Economic Analysis. *Past and Present*: 47. pp. 3-25
- FIRTH, Raymond. *Primitive Economics of the New Zealand Maori*. London: George Routledge and Sons. 1929.
- GODELIER, Maurice. *The Mental and the Material*. New York: Verso. 1986.
- HANSEN, M. H. *The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes: Structures, Principles and Ideology*. Oxford: Blackwell. 1991.
- _____. *The Shotgun Method: the Demography of the Ancient Greek City-State Culture*. Columbia: University of Missouri Press. 2006.
- HARRIS, E. M.. Workshop, Marketplace and Household – The Nature of Technical Specialization in Classical Athens and its Influence on Economy and Society. In: CARTLEDGE, P.; COHEN, E.; FOXHALL, L. (eds.). *Money, Labor and Land: Approaches to the Economics of Ancient Greece*. New York: Routledge. 2002. pp. 67-99.
- KIM, H. S.. Small Change and the Moneyed Economy. In: CARTLEDGE, P.; COHEN, E.; FOXHALL, L. (eds.). *Money, Labor and Land: Approaches to the Economics of Ancient Greece*. New York: Routledge. 2002. pp. 44-51.
- MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*. London: Macmillan. 1961.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política..* 6v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo. 2011.

- MCMILLAN, John. *A Reinvenção do Bazar – Uma História dos Mercados*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2005.
- MEIKLE, S. “Modernism, Economics and the Ancient Economy” In: SCHEIDEL, W.; VON REDDEN, S. (eds). *The Ancient Economy*. New York: Routledge. 2002. Pp. 233-250.
- MORRIS, Ian; MANNING, J. G. The Economic Sociology of the Ancient Mediterranean World. In: SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard (eds.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press. 2005. pp. 131-159.
- NEE, Victor. The New Institutionalisms in Economics and Sociology. In: SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard (eds.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press. 2005. pp. 49-74.
- NORTH, Douglas. Markets and other Allocation Systems. In: *History: the Challenge of Karl Polanyi, Journal of European Economic History*, n. 6. 1977. pp. 703-716.
- _____. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press. 1990.
- OSBORNE, Robin. “Price and Prejudice, sense and subsistence: exchange and society in the Greek city”. In: RICH, J.; WALLACE-HADRILL, A. *City and Country in ancient world*. New York: Routledge. 1991. pp. 120-148.
- _____. *Demos: the Discovery of Classical Attika*. New York: Cambridge University Press. 2005.
- POLANYI, Karl. Aristóteles Descobre a Economia. In: LEVITT, K. P. *A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012. Pp. 229-268.
- _____. A Economia como Processo Instituído. In: LEVITT, K. P. *A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012. Pp. 293-330.
- _____. A Falácia Economicista. In: LEVITT, K. P. *A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012. Pp. 47-62.
- _____. A Tríade Catalática. In: LEVITT, K. P. *A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012. Pp. 127-132.
- _____. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.
- SCHEIDEL, W.; MORRIS, I.; SALLER, R. *The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World*. New York: Cambridge University Press. 2007.
- SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. Introducing Economic Sociology. In: *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press. 2005. pp. 3-22.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. 2v. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

SWEDBERG, Richard. Markets as Social Structures. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard. *Handbook of Economic Sociology*. New York: Russel Sage Foundation. 1994. pp. 255-82.

_____ Markets in History. In: *Principles of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press. 2003. pp. 131-157.

THOMPSON, D. B. *An Ancient Shopping Center – The Athenian Agora*. Vermont: American School of Classical Studies at Athens. 1993.

THOMPSON, Homer; WYCHERLEY, R. E. *The Agora of Athens: The Athenian Agora Volume 14*. Princeton: American School of Classical Studies at Athens. 1972.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 2v. Brasília: Editora da UnB. 2004.

_____ *História Geral da Economia*. São Paulo: Centauro. 2006.